

# Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No final do exercício, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 8,7 milhões, correspondente a R\$ 68,36 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 26,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 32,1 milhões. Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2013		2012		
<b>ATIVO</b>					<b>PASSIVO</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>31.749</b>	<b>338.409</b>	<b>31.749</b>	<b>338.409</b>	<b>CIRCULANTE</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	16	53	16	53	Sociais e Estatutárias (Nota 9d)
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>					Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)
DERIVATIVOS (Nota 5a)	30.718	338.159	30.718	338.159	Diversas (Nota 8b)
Carteira Própria	30.228	337.707	30.228	337.707	
Vinculados à Prestação de Garantias	490	452	490	452	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
OUTROS CRÉDITOS	1.015	197	1.015	197	OUTRAS OBRIGAÇÕES
Diversos (Nota 6)	1.015	197	1.015	197	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)
					Diversas
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>305</b>	<b>1.395</b>	<b>305</b>	<b>1.395</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
OUTROS CRÉDITOS	305	1.395	305	1.395	Capital:
Diversos (Nota 6)	305	1.395	305	1.395	- De Domiciliados no País (Nota 9a)
					Reserva de Lucros (Nota 9c)
<b>TOTAL</b>	<b>32.054</b>	<b>339.804</b>	<b>32.054</b>	<b>339.804</b>	<b>TOTAL</b>
					26.326
					7.000
					19.326
					158.206
					32.054
					339.804

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutárias	Lucros Acumulados	Totais
		2013	2012					
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.115</b>	<b>16.059</b>	<b>27.305</b>	<b>Saldos em 30.6.2013</b>	<b>172.000</b>	<b>11.010</b>	<b>153.779</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	3	5	67	Redução de Capital	(165.000)	-	-	(165.000)
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	4.112	16.054	27.238	Pagamento de Dividendos com Reservas	-	(147.527)	-	(147.527)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.115</b>	<b>16.059</b>	<b>27.305</b>	Lucro Líquido	-	-	2.084	2.084
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(724)</b>	<b>(1.612)</b>	<b>(1.574)</b>	Destinações - Reservas	-	105	1.959	(2.064)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(108)	(295)	(264)	- Dividendos Propostos	-	-	(20)	(20)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(205)	(760)	(1.301)	<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>7.000</b>	<b>11.115</b>	<b>8.211</b>	<b>-</b>
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	53	91	343	<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>172.000</b>	<b>9.901</b>	<b>132.929</b>	<b>-</b>
Outras Despesas Operacionais (Nota 12)	(464)	(648)	(352)	Lucro Líquido	-	-	15.524	15.524
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>3.391</b>	<b>14.447</b>	<b>25.731</b>	Destinações - Reservas	-	778	14.598	(15.376)
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 15a)</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	- Dividendos Propostos	-	-	(148)	(148)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>3.391</b>	<b>14.449</b>	<b>25.732</b>	<b>Saldos em 31.12.2012</b>	<b>172.000</b>	<b>10.679</b>	<b>147.527</b>	<b>-</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14)</b>	<b>(1.307)</b>	<b>(5.719)</b>	<b>(10.208)</b>	Redução de Capital	(165.000)	-	-	(165.000)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>2.084</b>	<b>8.730</b>	<b>15.524</b>	Pagamento de Dividendos com Reservas	-	(147.527)	-	(147.527)
Número de ações (Nota 9a)	127.699.786	127.699.786	127.699.786	Lucro Líquido	-	-	8.730	8.730
Lucro por lote de mil ações em R\$	16,32	68,36	121,57	Destinações - Reservas	-	436	8.211	(8.647)
				- Dividendos Propostos	-	-	(83)	(83)
				<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>7.000</b>	<b>11.115</b>	<b>8.211</b>	<b>-</b>
								<b>26.326</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2013	2012		2013	%	2012	%		
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>				<b>1 - RECEITAS</b>	<b>3.704</b>	<b>103,0</b>	<b>15.504</b>	<b>101,9</b>	<b>27.297</b>	<b>101,0</b>
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.391	14.449	25.732	1.1) Intermediação Financeira	4.115	114,4	16.059	105,6	27.305	101,0
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	125	116	(168)	1.2) Outras	(411)	(11,4)	(555)	(3,7)	(8)	-
Provisões/(Reversões) Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	125	116	(167)	<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(108)</b>	<b>(3,0)</b>	<b>(295)</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(264)</b>	<b>(1,0)</b>
Ganho na Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	-	(1)	Contribuição Sindical Patronal	-	-	(68)	(0,4)	(66)	(0,2)
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b>	<b>3.516</b>	<b>14.565</b>	<b>25.564</b>	Publicações	(62)	(1,7)	(154)	(1,0)	(143)	(0,5)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	309.500	307.441	(12.673)	Serviços Técnicos Especializados	(34)	(1,0)	(53)	(0,3)	(41)	(0,2)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	80	296	(219)	Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,2)	(15)	(0,2)	(14)	(0,1)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(109)	(126)	91	Outras	(5)	(0,1)	(5)	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(334)	(9.538)	(12.536)	<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>3.596</b>	<b>100,0</b>	<b>15.209</b>	<b>100,0</b>	<b>27.033</b>	<b>100,0</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>312.653</b>	<b>312.638</b>	<b>227</b>	<b>4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.596</b>	<b>100,0</b>	<b>15.209</b>	<b>100,0</b>	<b>27.033</b>	<b>100,0</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>				<b>5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>3.596</b>	<b>100,0</b>	<b>15.209</b>	<b>100,0</b>	<b>27.033</b>	<b>100,0</b>
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	-	1	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	1.512	42,0	6.479	42,6	11.509	42,6
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	Federal	1.512	42,0	6.479	42,6	11.509	42,6
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>				<b>5.2) Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>2.084</b>	<b>58,0</b>	<b>8.730</b>	<b>57,4</b>	<b>15.524</b>	<b>57,4</b>
Dividendos Pagos	(147.675)	(147.675)	(182)	Dividendos	20	0,6	83	0,5	148	0,5
Redução de Capital	(165.000)	(165.000)	-	Lucros Retidos	2.064	57,4	8.647	56,9	15.376	56,9
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Financiamentos</b>	<b>(312.675)</b>	<b>(312.675)</b>	<b>(182)</b>							
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(22)</b>	<b>(37)</b>	<b>46</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	38	53	7							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	16	16	53							
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(22)</b>	<b>(37)</b>	<b>46</b>							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing ou Instituição) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Em 2 de agosto de 2013, o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 do Conselho de Administração da Instituição, propondo ajustar seu capital próprio às suas necessidades mediante a redução em R\$ 165.000 mil, sem cancelamento de ações, nos termos do Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, restituído em dinheiro ao Banco Bradesco Financiamentos S.A., seu único acionista (Nota 9).

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

#### d) Títulos e valores mobiliários - classificação

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

#### e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados estão apresentados na Nota 14.

#### f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

#### g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 7.

#### h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

#### i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

#### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	16	53
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>16</b>	<b>53</b>
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>16</b>	<b>53</b>

#### 5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

##### a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2013		2012			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado
<b>Títulos para negociação (3):</b>						
Certificados de depósito bancário	804	652	127	-	1.583	1.583
Debêntures	-	17	94	2.110	2.221	2.221
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.174	1.174	1.174
Notas do tesouro nacional	2.920	-	-	-	2.920	2.920
Letras financeiras do tesouro	-	1.326	6.096	15.398	22.820	22.822
Outros	-					

# Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93  
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### III - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício de 2013	-	478
Atualização monetária	3	12
Constituições líquidas de reversões e baixas	118	(17)
Baixa por pagamento	(26)	-
Transferência	210	(210)
Saldos no final do exercício de 2013 (Notas 8a e b)	305	263

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

### 8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	4.830	8.645
Provisões fiscais (Nota 7b)	263	478
Impostos e contribuições a recolher	12	87
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 14c)	144	125
Total	5.249	9.335

#### b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisão para pagamento a efetuar	91	86
Provisões cíveis (Nota 7b)	305	-
Outras	-	29
Total	396	115

### 9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 7.000 mil (2012 - R\$ 172.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 127.699.786 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

#### b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 1º de janeiro de 2012	127.699.786	172.000
Redução de Capital - AGE de 30.7.2013 (1)	-	(165.000)
Em 31 de dezembro de 2013	127.699.786	7.000

(1) Homologação pelo BACEN em 2 de agosto de 2013 da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração da Instituição, deliberando a redução do capital social no montante de R\$ 165.000 mil, sem cancelamento de ações, a fim de ajustar o excesso de capital às suas necessidades (Nota 1).

#### c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros	19.326	158.206
- Reserva legal (1)	11.115	10.679
- Reserva estatutária (2)	8.211	147.527

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e  
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

#### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido	8.730	15.524
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(436)	(778)
Base de cálculo	8.294	14.746
Dividendos propostos	83	148
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,65	1,16

### 10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Propaganda e publicidade	154	143
Serviços técnicos especializados	53	41
Serviços do sistema financeiro	15	14
Contribuições	68	66
Outras	5	-
Total	295	264

### 11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
COFINS	642	1.090
PIS	105	177
Outras	13	24
Total	760	1.301

### 12) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reversão de provisões operacionais	42	286
Variações monetárias	49	(131)
Indenizações cíveis	(281)	-
Provisões cíveis	(121)	(56)
Patrocínio de caráter cultural	(239)	(100)
Outras	(7)	(9)
Total	(557)	(9)

### 13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	2013		2012	
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	16	53	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(83)	(148)	-	-

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da  
**Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
  - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
  - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### 14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	14.449	25.732
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(5.780)	(10.293)
Efeitos no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(95)	-
Outros valores	156	85
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.719)	(10.208)

#### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.742)	(10.117)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	23	(91)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.719)	(10.208)

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em			Saldo em 31.12.2013
	31.12.2012	Constituição	Realização	
Provisões para perda de investimentos	256	-	-	256
Provisões para bens não de uso	30	-	14	16
Provisões fiscais e cíveis	178	52	16	214
Outros valores	35	36	35	36
Total dos créditos tributários (Nota 6)	499	88	65	522
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8a)	125	19	-	144
Total dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas	374	69	65	378

#### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2014	85	51	136
2015	112	67	179
2016	126	75	201
2017	4	2	6
Total	327	195	522

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 492 mil (2012 - R\$ 476 mil).

### 15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O valor de R\$ 2 mil (2012 - R\$ 1 mil) registrado em Resultado não Operacional corresponde ao lucro apurado na alienação de bens não de uso próprio.

#### b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins. A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

### A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 24 de fevereiro de 2014



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Cláudio Rogério Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

## Sumário Caderno Empresarial 2

### BALANÇO

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A	2
EVEREST LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	9
STVD HOLDINGS S.A.	5
SUL FINANCEIRA S/A CRE. FIN. E INV.	7

# Diário Oficial

Empresarial 2  
Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 48  
São Paulo, quinta-feira, 13 de março de 2014

Página 10

**Imprensa Oficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



www.imprensaoficial.com.br

# Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora  
Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

**Imprensa Oficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



continuação

# Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	2013	2012
Lucro líquido	6.730	15.524
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(436)	(778)
<b>Base de cálculo</b>	<b>6.294</b>	<b>14.746</b>
Dividendos propostos	63	148
<b>Percentual em relação ao lucro líquido ajustado</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>
Valor em Reais por lote de mil ações	0,65	1,16

## 10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2013	2012
Propaganda e publicidade	154	143
Serviços técnicos especializados	53	41
Serviços de sistema financeiro	15	14
Contribuições	68	66
Outras	5	6
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>264</b>

## 11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2013	2012
COPINS	642	1.090
PIS	105	177
Outras	13	34
<b>Total</b>	<b>760</b>	<b>1.301</b>

## 12) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2013	2012
Reversão de provisões operacionais	42	286
Variações monetárias	49	(131)
Indenizações cíveis	(281)	(100)
Provisões cíveis	(121)	(56)
Patrocínio de caráter cultural	(239)	(110)
Outras	(17)	(9)
<b>Total</b>	<b>(557)</b>	<b>(9)</b>

## 13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	2013	2012
Disponibilidades:		
Banco Bradesco S.A.	16	53
Dividendos:		
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(83)	(148)

## b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social e

A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controladora da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

## Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

## 14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	14.449	25.732
Encargo total do imposto de renda e contribuição social as alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(5.780)	(10.293)
Efeitos no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas e créditos não tributáveis	(95)	(8)
Outros valores	132	(6)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(5.739)</b>	<b>(10.208)</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da  
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.742)	(10.117)
Impostos diferidos	23	(91)
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(5.719)	(10.208)

## c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2013
Provisões para perda de investimentos	256	-	-	256
Provisões para bens não de uso	30	-	-	14
Provisões fiscais e cíveis	178	52	36	214
Outros valores	35	36	-	39
<b>Total dos créditos tributários (Nota 6)</b>	<b>499</b>	<b>88</b>	<b>65</b>	<b>522</b>
Obrigações fiscais diferidas (Nota 6)	125	19	-	144
<b>Total dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>374</b>	<b>69</b>	<b>65</b>	<b>378</b>

## d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	2014	2015	2016	2017	Total
Projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.	85	112	126	4	327
O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 492 mil.	51	67	75	2	195
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>179</b>	<b>201</b>	<b>6</b>	<b>522</b>

Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil

Diferenças temporárias

Imposto de renda

Contribuição social

Total

2014

2015

2016

2017

Total

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 492 mil.

## 15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O valor de R\$ 2 mil (2012 - R\$ 1 mil) registrado em Resultado não Operacional corresponde ao lucro apurado na alienação de bens não de uso próprio.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de excelência corporativa, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

• Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);

• Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);

• Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);

• Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

• Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);

• Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);

• Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e

• Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conciliatório Básico (R1).

Atualmente, não é possível avaliar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins.

A MP 627/13 dispõe sobre:

• A reavogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

• A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

• O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

## A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

idades

# Segurança em aleitamento contra o PCC

Gov. estadual teme reação dos criminosos à transferência do líder da facção, Marcos Camacho. Greve de agentes também está revoltando os detentos nos presídios.

**A**s forças de segurança entraram em alerta no Estado de São Paulo com a possibilidade de uma onda de ataques e rebeliões nos próximos dias, causada pela transferência do líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Williams Herbas Camacho, o Marcola, para o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e pela suspensão das visitas no fim de semana em

presídios atingidos pela greve dos agentes penitenciários. O PCC mandou um aviso, captado pelos serviços de inteligência, no qual ameaça fazer quebra-quebra nos presídios se as visitas deste fim de semana forem suspensas. "Nós não temos nada a ver com a briga dos agentes com o governo. Por isso, se as visitas forem suspensas, a cadeia vai quebrar", teria tido um líder do

PCC a um informante.

A transferência aumentou o clima de tensão nos presídios. Por conta da greve, milhares de presos do semiaberto estão sem poder sair para trabalhar e, mesmo os que trabalham internamente, tiveram as atividades suspensas.

A suspensão de entrega dos chamados jumbos (encomendas via correio), e proibição da entrada de advogados e ofi-

ciais, o que atrasa as oitivas e processos dos detentos, revoltou a comunidade carcerária.

Na penitenciária 2 de Presidente Venceslau, onde estão detidas as lideranças do PCC, por exemplo, os presos ficaram irritados porque foram proibidos de deixar as celas para o banho de sol na terça-feira. A suspensão, tomada por medida de segurança para facilitar a remoção de Marcola

e outros três integrantes do PCC para o Centro de Readaptação Penitenciária (CRP) de Presidente Bernardes, revoltou os encarcerados.

A opção dos agentes pela continuidade do movimento grevista preocupou até mesmo lideranças sindicais, "por conta dos riscos que a suspensão pode causar num momento de desconfiança. Na tentativa de reduzir a possibilidade de rebeliões, o presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo (Sindasp), Daniel Grandolfo, distribuiu ontem um comunicado aos agentes pedindo para liberar as visitas no sábado e domingo.

Além de agentes, as polícias Civil e Militar também estão orientando seus homens a redobram as atenções. (Esta-dão Conteúdo)



**PANE** - Uma falha na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos prejudicou o funcionamento da linha 9-esmeralda (Osasco-Grajaú) ontem. De acordo com a CPTM, às 7h10 a linha foi totalmente paralisada por conta de um problema na rede de energia. A circulação foi restabelecida pouco tempo depois, mas os trens operavam por via única entre as estações Jaguaré e Cidade Jardim. Segundo a SPTrans (empresa que gerencia o transporte municipal), foram acionados 40 ônibus para atender os usuários gratuitamente.



## CANTAREIRA

O volume de água armazenado nos reservatórios do Sistema Cantareira atingiu 15,7% da capacidade total de reservas ontem, nível mais baixo desde o início da operação, em 1974. Dados da Sabesp apontam o recuo, mesmo com 15,6 milímetros de chuvas acumuladas até ontem. O recuo ocorre ainda apesar da redução da vazão de captação máxima do Sistema Cantareira, de 31 mil litros por segundo para 27,9 mil litros por segundo, iniciada esta semana, com a transferência da captação para os Sistemas Alto Tietê e Guarapiranga. (Agências)

## GRÁVIDA MORRE AO CAIR EM CÔRREGO

Uma mulher grávida morreu ao cair em um córrego na região do Jabaquara, na zona sul, ontem à tarde. Segundo a PM, Isabel Cristina da Silva, 36 anos, grávida de oito meses, estava em um barraco da rua Alba. Com a forte chuva que atingiu a Capital, a construção

ruiu parcialmente e ela caiu no córrego Águas Espraiadas. Isabel foi carregada pela água por cerca de 900 metros até chegar no piscinão Roberto Marinho. Ela foi encaminhada para o hospital Saboya, mas não resistiu. O bebê, prematuro, foi salvo e está na UTI. (Folhapress)

Pedro Amaluzzi/Estado Conteúdo



**CIRURGIA** - Interessados em realizar cirurgia de redução de esfômago de graça pela Unicamp lotam um ginásio de Campinas.